

Dois Guajajara assassinados

ELES foram barbaramente assassinados. Os índios Moreira e Mateus, guajajara, de Barra do Corda, no Maranhão. Aconteceu no dia 26 de fevereiro último, na fazenda Xupé, de propriedade de José Maria Moreira Barros, situada às margens do Rio Mearim.

Por que foram assassinados os dois índios? Quem eram eles? Quem os matou? Como? Quem são as testemunhas do crime? E depois?

É uma velha guerra esta, que data da colonização. O branco queria a terra do índio. Então o branco eliminava o índio para ser o dono da terra.

O trágico é que esta guerra continua hoje ainda, cruel e assassina. É o que mostra o episódio de Barra do Corda, descrito em documento do CIMI do Maranhão, pelos Padres Odilo Erhardt e Carlos Ubbiali.

Os guajajara Mateus e Moreira foram assassinados em vingança pela morte de um fazendeiro, ocorrida durante um choque entre proprietário de terra e índios na mesma fazenda Xupé. Benedito Moreira Barros era o nome do fazendeiro que morreu no tiroteio.

Acontece que os índios envolvidos nessa morte eram de outras aldeias. Mateus e Moreira, os dois assassinados, nada tinham a ver com esse caso. Além disso, eram idosos.

Estavam na reserva indígena e saíram de sua aldeia Coquinho para caçar nas imediações da BR-226 que atravessa a reserva. Não estavam, pois, atacando a ninguém. Pela caça exerciam seu direito de procurar alimento, sua luta pela própria sobrevivência.

QUEM OS MATOU? COMO?

De repente, viram-se cercados por posseiros armados, que vinham no carro do fazendeiro José Maria Moreira Barros e por seis soldados da patrulha da PM de Barra do Corda, com o subcomandante, capitão José Mateus da Silva Lopes, num Jepp do 3.º BPM.

Sequestraram os dois velhos guajajara e os levaram presos até a fazenda Xupé. Ali maltrataram e torturaram Mateus e Moreira. Depois na presença da patrulha policial, comandada pessoalmente pelo capitão José Mateus de Souza Lopes, o fazendeiro José Maria Moreira Barros fuzilou os dois guajajara, idosos e inocentes. E os corpos foram jogados no Rio Mearim.

Segundo a denúncia do Padre Odilo Erhardt e do Padre Carlos Ubbiali, esta cena trágica das torturas e da morte de Mateus e Moreira foi vista por empregados da fazenda Jóia, que é vizinha da fazenda Xupé. Os padres conversaram também com guajajara da



Fala-se hoje da existência de um grupo organizado de parlamentares que defendem interesses anti-indígenas. É necessário, é urgente, que parlamentares democráticos, comprometidos com a causa indígena, constituam uma Comissão Parlamentar Permanente, capaz de pôr termo a tanta injustiça.

É por esse motivo que a Comissão Pró-Índio de São Paulo promoverá neste dia 14, segunda-feira, às 20 horas, no Teatro da Universidade Católica-TUCA, um ato público pela criação da COMISSÃO PARLAMENTAR PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS INDÍGENAS.

aldeia das vítimas, que lhes deram detalhes do fato.

O capitão Mateus foi preso e removido para São Luís enquanto que o fazendeiro José Maria, graças a um Habeas-Corpus deferido pelo juiz, encontra-se em liberdade.

Os resultados do inquérito do crime e as circunstâncias em que se deu foram analisados pela Regional do CIMI do Maranhão e Goiás, que considera o conflito fato ligado ao clima de ódio pelo índio existente na região, e que se intensificou depois que os índios exigiram a devolução de suas terras na área de Alto Alegre.

A mesma instituição considera que a política oficial é contra o índio e pergunta: Se não se instaurou inquérito não é porque a FUNAI não se interessou em tomar providências? Além disso, os funcionários da FUNAI nessa região ficaram do lado dos índios e estão sendo ameaçados de vida; O que a FUNAI fez para protegê-los? E por que o subcomandante da Polícia Militar de Barra do Corda participou do seques-

tro dos dois índios e assistiu seu assassinato? Será que a continuação da provocação aos índios não seria para fazer com que os índios se revoltassem e daí existam motivos para matá-los?

O município de Barra do Corda e adjacências é ocupado por aldeia dos índios guajajara, e está localizado entre o rio Pindaré e o Alto Mearim, no Maranhão. Aí moram cerca de 4.300 indígenas. Nessa região o conflito de terras entre os índios e os posseiros não é recente.

Os primeiros brancos que se instalaram na região foram os padres capuchinhos que em 1895 aí fundaram uma missão para cristianizar os índios. Um ano mais tarde eles fundaram uma colônia agrícola no município de Alto Alegre.

A partir de 1959 os capuchinhos resolveram arrendar as terras dessa colônia aos posseiros da região, que passaram então a ter terras em Alto Alegre e São Pedro. Com o decorrer dos anos, suas famílias aumentaram e as terras se tornaram insuficientes para a

sobrevivência de todos. Alguns deles começaram então a invadir a terra dos índios para fazer roça ou para cortar madeira.

Para complicar a situação, um ex-diretor do INCRA do município resolveu ampliar por sua própria conta os limites de um projeto de colonização instalado em Barra do Corda pelo Governo Federal em 1944, avançando em terras indígenas. Por causa dessa ampliação, os brancos se estabeleceram em mais dois locais dentro das terras dos índios. Estes locais são Filipe Preto e Lagoa Comprida.

A decisão da FUNAI de demarcar a área de Lagoa Comprida para os índios foi o estopim do conflito. Quando os topógrafos se dirigiram para a região para demarcar as terras foram impedidos pelos posseiros que, então, partiram para a ofensiva e expulsaram os índios das aldeias Urucu e Juruá e estabeleceram mais duas áreas para os brancos dentro do território guajajara. Estes posseiros contam com o apoio de políticos locais, dentre eles, o deputado Fernando Falcão (ex-ARENA) e do ex-delegado da FUNAI, Armando Bertatti.

A Comissão Pró-Índio relata ainda que a Ordem dos Capuchinhos, em julho de 1979, através de sua missão em Barra do Corda, reafirmou seu desejo de permanecer na região e manifestou sua solidariedade aos posseiros. Quando, um mês depois, foram mortos dois guajajara, os capuchinhos reafirmaram novamente que eram os legítimos proprietários de uma parte da área reivindicada pelos índios e pela FUNAI, comprometendo-se, ainda, a fornecer títulos de propriedade, aos posseiros garantindo-lhes dessa forma a posse da terra.

Logo a seguir, em agosto do ano passado, o conselho tribal dos guajajara informou à FUNAI que só permitiria a passagem em suas terras das linhas de transmissão da Hidroelétrica de Tucuruí, se recebessem garantias formais do governo de indenização e a retirada dos cinco mil brancos instalados em suas terras.

Ainda em setembro do ano passado, a FUNAI e o Governo do Estado do Maranhão firmaram um convênio no valor de 160 milhões de cruzeiros para a transferência das 1.200 famílias de colonos que grilam terras em Barra do Corda. O Governo Federal também anunciou a transferência, no prazo de 18 meses, das famílias de posseiros das regiões de Alto Alegre, São Pedro dos Cacetes e Lagoa Comprida. Essas medidas acirram a briga pela posse das terras, e daí o assassinato dos dois índios guajajara, Moreira e Mateus, no dia 26 de fevereiro último.